



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR

Acta da quinta sessão ordinária de 2008 da Assembleia Municipal de Aljezur

**

LOCAL: Sala de Sessões dos Paços do Município

DATA: 19 de Dezembro de 2008

INÍCIO: 20:35 horas

ENCERRAMENTO: 00:40 horas

*

CONSTITUIÇÃO DA MESA:

Maria de Lurdes Afonso Bento, Presidente

Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário

Henrique Manuel Ramos Henriques

MEMBROS PRESENTES:

Vítor Manuel da Encarnação Vicente, Johannes Alexander Schydlo, Manuel Alberto Santinho Cristo, Rosa Maria dos Santos Cigarra Rocha, Francisco António Baptista Ferreira, Ana Maria Ferreira Santos, José António Duarte, e Eliezer João Candeias

*

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS:

Dionísio Manuel Nifro da Silva, substituído pelo Senhor Emanuel Marreiros Amaro de Jesus

*

ENTRARAM NO DECORRER DA SESSÃO OS SEGUINTE MEMBROS:

Amílcar Manuel Marreiros Duarte, Sérgio Manuel da Silva Santos, António Manuel Guerreiro Lopes, José Carlos Pacheco da Silva, José Manuel dos Santos Marreiros e Fernando Manuel Costa Rosa

*

VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA DO SEGUINTE MEMBRO:

Manuel António Custódio Rosendo

*

ABERTURA DA SESSÃO – Verificando-se a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão pelas 20:35 horas

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES: – Foram apresentadas as actas da sessão ordinária realizada no dia vinte e seis de Setembro, da sessão extraordinária realizada no dia trinta e um de Outubro e da sessão extraordinária realizada no dia vinte e um de Novembro de dois mil e oito. -----

A Senhora Presidente da Assembleia disse que tal, como já anteriormente tinha informado os membros da Assembleia, tinha ocorrido um problema com a elaboração das actas que fez com que as mesmas não tivessem sido enviadas atempadamente para apreciação, pelo que colocou à consideração dos restantes membros se as mesmas deveriam ser, ou não, aprovadas na presente sessão. -----

O SENHOR AMÍLCAR MANUEL MARREIROS DUARTE PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS-----

Verificando-se a concordância de todos os membros presentes, as referidas actas foram retiradas da ordem de trabalhos, para posterior aprovação na próxima sessão.-----

PONTO NÚMERO DOIS

LEITURA DO EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS: – Foi lida a seguinte correspondência, a qual se encontra arquivada em pasta anexa:-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes”, ofício número quinhentos e noventa e cinco, de vinte e oito de Novembro de dois mil e oito, informando que apresentaram à proposta de PIDDAC para dois mil e nove, a inclusão do projecto de construção de pequeno porto de abrigo do Portinho do Forno.-----

OS SENHORES SÉRGIO MANUEL DA SILVA SANTOS E ANTÓNIO MANUEL GUERREIRO LOPES PASSARAM A FAZER PARTE DOS TRABALHOS

– Foi lido o e-mail do membro Dionísio Manuel Nifro da Silva, de quinze de Dezembro de dois mil e oito, apresentando um pedido de demissão do seu cargo de membro da Assembleia Municipal de Aljezur.-----

A Senhora Presidente da Assembleia informou que, na sequência do pedido de renúncia de mandato, apresentado pelo Senhor Dionísio Manuel Nifro da Silva, foi convocado o membro imediatamente a seguir na lista, o Senhor Emanuel Marreiros Amaro de Jesus, que entretanto, ainda não estava presente mas que tomaria posse assim que chegasse.-----

PONTO NÚMERO TRÊS

OUTROS PONTOS EVENTUAIS PREVISTOS NO REGIMENTO: – A Senhora Ana Santos, referiu que a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens já se encontra formalmente criada, desde o dia doze de Dezembro, bem como já foram eleitos a Presidente – Doutora Fátima Neto, o Secretário – Professor José Hugo e restantes membros da Comissão Restrita.-----

O SENHOR JOSÉ CARLOS PACHECO DA SILVA PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS

A Senhora Vereadora Fátima Neto referiu que de facto a Portaria foi publicada no dia doze de Dezembro, tendo sido efectuada uma reunião preparatória no dia nove de Dezembro, na qual foi eleito o Presidente da Comissão Restrita, que por sua vez tinha que designar o Secretário. Disse que a partir do momento em que a Comissão está instalada por Portaria, já pode começar a trabalhar e receber casos. Para além disso a Câmara Municipal já está a equipar o espaço, através da aquisição de mobiliário e de material informático, para que o mesmo possa funcionar condignamente já a partir do início do próximo ano.-----

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou onde é que esse espaço irá funcionar?-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto informou que, por enquanto, o espaço irá estar em funcionamento na antiga Escola C+S, mais concretamente na sala da Rede Social visto ser uma sala ampla. Outro passo que tem que ser dado de imediato, é ter que ser elaborado um plano de atendimento semanal, que deverá ser dividido entre todos os elementos que compõem a Comissão Restrita. Informou ainda que a Comissão Alargada irá reunir de dois em dois meses e, a Comissão Restrita irá reunir, no mínimo, quinzenalmente, a não ser que haja necessidade de o fazer de emergência. -----

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou de que forma é que os casos poderiam ser encaminhados? E para quem?-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto respondeu que há um processo que tem de ser desenvolvido imediatamente, que é dar a conhecer à Comissão. Quem são os elementos, de que forma as pessoas poderão se dirigir a esses elementos, qual o horário. No entanto, e se houver necessidade, as pessoas poderão dirigir-se a si, na qualidade de Presidente, e depois os casos serão distribuídos pelos restantes membros da Comissão. Referiu que já foi feita alguma divulgação da Comissão, nomeadamente, no Festival da Batata Doce. -----

O Senhor Vítor Vicente disse que no Sábado passado não teve oportunidade de estar presente no Debate com a população, promovido pela Câmara Municipal, sobre dois temas que considera de grande importância para o Município de Aljezur, pelo que perguntou à Senhora Presidente da Assembleia se está previsto ser feita alguma Assembleia específica para analisar mais detalhadamente a questão do Plano do PNSACV, de forma a que este órgão possa tomar uma posição marcante acerca deste documento. O mesmo perguntou em relação à questão da Variante de Aljezur, pois considera que estas duas matérias deveriam ser debatidas mais aprofundadamente.-----

Referiu ainda que queria fazer uma sugestão e que tinha a ver com o facto de, antes do presente mandato terminar, virem a ser feitas sessões desta Assembleia nas sedes das restantes freguesias do Município de Aljezur. -----

A Senhora Presidente da Assembleia começou por referir que a sessão de esclarecimento superou as expectativas, em termos de afluência, e foi muito participada com intervenções dos presentes. Disse que perante toda a informação facultada, principalmente no que diz respeito aos desenvolvimentos que tem vindo a decorrer em relação ao Plano do Parque, considera que as pessoas ficaram bem informadas. -----

Informou que de acordo com conversa ocorrida com o Senhor Presidente da Câmara, este documento não iria ser aprovado de imediato, que iria haver mais reuniões, no sentido de tentar que o trabalho que está a ser agora desenvolvido venha a trazer algumas melhorias ao documento.-----

Solicitou ainda ao Senhor Presidente da Câmara que, sempre que venham a decorrer as reuniões que estão previstas, lhe faça chegar toda a informação disponível para que, em tempo útil, possa informar os restantes membros da Assembleia, assim como permitir que esta Assembleia possa agir em conformidade. -----

Em relação à Variante de Aljezur, informou que foram discutidos os traçados apresentados; que foi feita uma explanação pelo Doutor Jorge Duarte, Técnico da Câmara Municipal, acerca das possíveis localizações da Variante. Cada um pôde opinar acerca do traçado que achava melhor e, no final da discussão, pode-se concluir que o ideal seria pedir os estudos de impacte ambiental para todos os traçados, de forma a que posteriormente se possa chegar à conclusão qual deles é o mais favorável e o mais viável. -----

A Senhora Ana Santos disse que não deveriam ser apenas pedidos os estudos de impacte ambiental, mas também estudos de âmbito social e económico. -----

Relativamente à sugestão do Senhor Vítor Vicente, de descentralizar as sessões da Assembleia, a Senhora Presidente da Assembleia disse que gostaria muito de o fazer mas pelo conhecimento que tem dos locais onde elas pudessem vir a decorrer, não acha que a nível das sedes de Juntas de Freguesia haja condições para aí as realizar. Dado o número de elementos que compõe a Assembleia e o Executivo, o eventual público e ainda considerando todo o equipamento que é necessário, o indicado seria encontrar locais alternativos nas diferentes Freguesias, para que as Assembleias pudessem ser descentralizadas.-----

TOMADA DE POSSE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: - Em substituição do membro Dionísio Manuel Nifro da Silva, que renunciou ao mandato, foi empossado o Senhor Emanuel Marreiros Amaro de Jesus, portador do Bilhete de Identidade número seis milhões oitocentos e cinquenta e nove mil setecentos e dezassete, emitido em oito de Novembro de dois mil e cinco, pelos Serviços de Identificação de Faro.-----

O Senhor Amílcar Duarte referiu que a última proposta para o traçado da Variante não foi distribuída aos membros da Assembleia, pelo que perguntou se não seria possível disponibilizá-la. Disse que também ele não pode estar presente na sessão de esclarecimento, mas que tinha ficado com a ideia de que o Senhor Presidente da Câmara teria dito que quando a sessão de esclarecimento fosse feita, não seria no edifício da Câmara, mas sim noutra sítio mais amplo, de forma a aproveitar esse momento de mobilização da população, mas assim sendo não foi isso que aconteceu. Disse ainda que, independentemente da sessão ter sido bastante divulgada e de ter tido uma grande adesão por parte de população, o espaço como é reduzido, nunca permitiria acolher um número de pessoas que possa ser considerado uma mobilização.-----

Relativamente à Variante, perguntou se após a discussão das propostas de traçados houve alguma alternativa que tivesse sido eliminada, ou se, se mantêm as três propostas? -----

Em relação à descentralização das Assembleias, disse concordar que essa sugestão, no entanto não sabe até que ponto essa situação é eficaz. Pois se, essa situação é para permitir que nem só as pessoas de Aljezur tenham a possibilidade de assistir às Assembleias, e pelo número de pessoas que vem assistir em Aljezur, pensa que a aproximação da Assembleia Municipal aos eleitores não passa por essa solução.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que o objectivo da sessão de esclarecimento foi dar a conhecer à população a informação que havia acerca destes assuntos, para os mesmos serem discutidos. Não foi uma reunião para decidir. No entanto, pode-se verificar que, de uma maneira geral, as pessoas defendiam todos os traçados, uns defendiam um, outros defendiam outros. Não se verificou uma opinião unânime. Verificou-se também, por incrível que pareça, que houve muitas pessoas a defender o traçado que atravessa a várzea, nomeadamente pessoas naturais de Aljezur. -----

O Senhor Manuel Cristo referiu que, relativamente à descentralização das Assembleias, subscrevia o que foi dito pelo Senhor Amílcar Duarte. Acrescentando que é da opinião que os cidadãos devem cada vez mais participar na vida política e, muito mais na vida política local. No entanto, disse não lhe parecer que a forma de fazer com que as pessoas participem, seja ir até às suas casas. A não ser que haja um assunto muito específico, que seja de grande interesse e de grande impacte local, que justifique a realização de uma Assembleia em alguma das freguesias. Caso contrário pensa que não se justifica estar a deslocar as Assembleias do seu local habitual, pois se as pessoas estiverem verdadeiramente interessadas em assistir e participar, deslocam-se a Aljezur.-----

A Senhora Presidente da Assembleia, relativamente às regras que se tentam implementar no âmbito da segurança das piscinas domésticas, referiu que várias pessoas já lhe perguntaram se a Autarquia está a desenvolver algum trabalho, algum regulamento, que já contemple as normas que devem ser seguidas e que visem a construção de piscinas dentro dos parâmetros de segurança exigidos. ----
O Senhor Presidente da Câmara referiu que a Autarquia está a desenvolver trabalho nesse sentido, embora a questão da segurança das piscinas domésticas seja muito relativa, visto serem piscinas privadas e os acidentes domésticos, infelizmente, acontecem frequentemente. Tanto em piscinas, como dentro das próprias moradias, basicamente é uma responsabilidade de quem lá vive. E infelizmente são muitos os acidentes com crianças. Nesse sentido, a ANMP preparou um documento que serve de base a uma proposta que a Câmara está a desenvolver.-----

O Senhor José Duarte disse que há uns meses atrás tinha lido uma notícia no jornal acerca da construção do Posto da GNR de Aljezur, pelo que perguntou se ainda se mantém a ideia de recuperar o Posto da Brigada Fiscal, ou se irá se proceder a uma construção de raiz? -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que, a hipótese da ampliação do Posto da Brigada Fiscal, era a solução mais adequada. Mas como se sabe são duas forças policiais distintas e não há entendimento em relação a esse assunto. É uma hipótese que está fora de questão. Quanto à ideia de uma construção de raiz, disse não ter visto nenhuma vontade do poder central. Assim, o que a Câmara propôs recentemente, foi de ampliar o existente e melhorá-lo, desde que o respectivo Ministério suporte as despesas.-----

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou se a ideia de que, eventualmente, poderia vir a haver uma junção das duas forças policiais estava fora de questão?

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que sim, pelo menos por agora.-----

A Senhora Rosa Cigarra perguntou se, em relação às piscinas municipais, o problema já se encontrava resolvido?-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que ainda não, que estão a tentar resolver o problema, mas ainda não há uma data prevista para o seu funcionamento.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA DOIS MIL E NOVE: – Pela Mesa foi lida a certidão de deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de nove de Dezembro de dois mil e oito, que acompanhava o respectivo documento, os quais ficam arquivados em pasta própria.-----

O Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos acerca do presente assunto, referindo que o próximo ano vai ser um ano um pouco atípico, relativamente a anos anteriores, em termos desenvolvimento de planos de actividade e financiamento dos mesmos. Referiu que pensa que a partir do próximo ano vamos entrar num ciclo completamente novo, de fundos comunitários escassos, pois o QCA não abunda em dinheiro e as regras de candidaturas mudaram totalmente. Presentemente a Autarquia não tem conhecimento se, para os projectos incluídos no Plano de Investimentos para o próximo ano, vai haver algum concurso, pois agora todas as candidaturas estão sujeitas a concurso. Por vezes, quando abrem os concursos é com dois ou três meses de antecedência, cujo prazo é muito reduzido e não dá tempo para que os concursos sejam preparados.-----

Esclareceu ainda que o Plano foi executado de uma forma diferente,

nomeadamente, por no ano em curso a Autarquia ter tido alguns problemas com o Tribunal de Contas, que dizia só dar o visto depois das candidaturas estarem homologadas pelo Secretário de Estado, apesar das mesmas já se encontrarem aprovadas. Exemplo disso é a obra do campo de futebol, em que a Câmara só obteve o visto depois da obra estar praticamente concluída.-----

Entretanto também se verifica que há seis anos que as receitas do Estado não aumentam e, a partir de dois mil e dez deixam de estar em vigor algumas limitações que estavam na Lei das Finanças Locais, que foi aprovada apenas há um ano. Logo prevê-se que a situação se torne ainda mais complicada, pois disse não ver onde haja outra fonte de receitas para os Municípios mais pequenos, a não ser recorrer a empréstimos enquanto for possível.-----

Referiu ainda que este Plano de Actividades contem várias iniciativas, mas quase todas elas com interrogações, pois a Autarquia não sabe se eventualmente irá haver algum financiamento, exterior ao Município, para realização de algumas obras. Dessas disse que há duas que certamente irão ser executadas, uma delas, é a obra da Estrada de Marmelete, cujo concurso já decorreu e só não foi já adjudicada porque no caderno de encargos já previa que a mesma só seria adjudicada após garantia do respectivo financiamento, quer seja comunitário ou bancário. A outra, é a obra de arranjo da EN cento e vinte, no troço de Maria Vinagre. Sendo que na prática é o único troço urbano, no Município de Aljezur, onde ainda não houve uma intervenção com alguma dignidade. Seguramente que o Município terá que recorrer ao financiamento bancário para executar esta obra, à semelhança da anterior. -----

Esclareceu também que, como é habitual, aparecem algumas obras que apesar de já se encontrarem concluídas, ainda há alguns pagamentos a fazer, visto terem sido repartidos em dois anos.-----

Referiu que, apesar que daqui para a frente não vir a ser fácil realizar grandes obras, no entanto, é evidente que as áreas de intervenção das Autarquias têm sofrido uma grande transformação, na sequência das transferências do Estado para as Autarquias. A componente social tem vindo a ganhar um peso cada vez maior, assim como a área da educação, cujos gastos são bastante significativos nas receitas do Município. E isto, não só devido aos acordos estabelecidos com o Governo, mas também porque o Município tem uma vontade clara de apoiar essas áreas. -----

Esclareceu que o Município de Aljezur ainda não tinha aceite as transferências que o Governo tinha proposto na área da Educação, embora haja oito Municípios algarvios que já o fizeram. Transferências estas que basicamente têm a ver com pessoal não docente e com a transferência da EBI/JI de Aljezur. O motivo do Município ainda não ter aceite, tem a ver com o facto de ainda subsistirem algumas dúvidas, visto ainda não ter sido possível chegar a um acordo sobre essa matéria. Disse ainda que, caso o Município de Aljezur venha a aceitar essas transferências, significa que irão ser transferidas para a Autarquia mais vinte e três funcionários. -----

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou onde se situava a Urbanização Municipal do Rogil que estava prevista no Plano de Actividades? -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que a implantação dessa Urbanização estava prevista para um terreno que a Autarquia tinha comprado aproximadamente há três anos, localizado entre o Rogil e o Camarate. O projecto já está a ser elaborado e prevê cerca de doze/catorze lotes.-----

A Senhora Presidente da Assembleia questionou ainda acerca da reparação da ponte da Carrapateira, qual era essa ponte?-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que era a ponte que se situava antes da descida para a Carrapateira, que a obra já estava concluída embora ainda não

tivesse paga.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que ao analisar o presente documento tinha ficado efectivamente triste e com alguma frustração. Pois naturalmente pensa que, tanto o Senhor Presidente como a Câmara que representa, que aprovaram o documento, não se sintam muito confortáveis com o mesmo, o que pode comprovar perante a apresentação que o Senhor Presidente acabou de fazer. ----

Disse ainda que não será necessário dizer, pois de alguma forma foi dito, que este é o Plano de Actividades mais “pobre” que aqui foi analisado. -----

Disse também notar-se que, apesar de só agora o País ter entrado em regressão, esta já chegou a Aljezur há algum tempo, pois neste documento pode-se comprovar claramente um decréscimo de receitas, em relação aos últimos anos. Eventualmente ainda poderá ser mais drástico do que o que aqui está previsto. Considerando que as receitas que constam estão previstas pelas normas legais para as calcular e, em alguns casos, muito particularmente no IMT, as receitas ainda poderão vir a ser inferiores. Muito embora esta situação traduza que nos últimos anos a situação tem vindo sempre a piorar. -----

Relativamente às obras municipais, disse que tinha ficado com a clara noção que muito pouco seria possível fazer no próximo ano. Desde logo porque há um novo conjunto de regras das candidaturas e, depois, porque logicamente conclui-se que dos cerca de dez/onze milhões de euros previstos em termos de obras, disponíveis há apenas cerca de três milhões. Logo só há uma forma de conseguir a verba em falta, que logicamente passará pelo recurso ao crédito. -----

O SENHOR JOSÉ MANUEL DOS SANTOS MARREIROS PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que, tal como tinha dito há pouco, talvez isso não seja necessário. Dando o exemplo da obra da Estrada de Marmelete, explicou que o valor que consta como verba a definir, obrigatoriamente que não terá que ser obtida através de crédito, poderá ser através de financiamento comunitário. -----

O Senhor Vítor Vicente disse que tinha conhecimento, no entanto, e mesmo que as candidaturas sejam aprovadas, as verbas só são concedidas posteriormente, e sendo apenas uma percentagem do valor global, a verba restante terá sempre que ser obtida através de recurso ao crédito. Não esquecendo que, para os projectos poderem ser sujeitos às candidaturas tem que estar tudo concluído antes da abertura dos concursos, pois tal como o Senhor Presidente disse os prazos são bastante limitados. -----

Referiu-se ainda ao facto de constar na nota introdutória do documento que as receitas que o Município iria receber era das transferências do Estado, da água e dos resíduos sólidos, dizendo que isto não fazia sentido, pois a verba que a Câmara está a cobrar aos munícipes pelo consumo da água é, sensivelmente o mesmo que a Câmara tem que pagar à Aguas do Algarve e à Algar. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que efectivamente essas seriam as verbas mais significativas que o Município de Aljezur iria receber. -----

O Senhor Vítor Vicente disse que fazendo as contas por alto, as receitas provenientes da água são cerca de cem mil euros, sendo muito pouco para investir em obras. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que, o que constava no documento é que “(...) *as principais receitas que suportarão a execução orçamental advirão assim, essencialmente das transferências do Estado, das receitas provenientes da água, resíduos sólidos, impostos locais (...)*”. -----

O SENHOR FERNANDO MANUEL COSTA ROSA PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que gostaria de ter algum esclarecimento acerca

da parceria público/privada, para construção de vários equipamentos no Município de Aljezur. O que é que está previsto em relação a esta situação e de que forma é que a Câmara fica “presa” a essa parceria?-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, neste momento, ainda está a decorrer o procedimento de análise de reclamações, no âmbito do processo de concurso. Informou que, por aquilo que viu em relação às propostas que foram apresentadas, ficou com muitas interrogações quanto ao processo vir a ter seguimento ou não. Exactamente pelo facto de lhe parecer que os encargos, que advirão deste processo, serem de alguma forma incomportáveis.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse ter colocado a questão, visto no documento em análise constar essa parceria. Disse ainda que, na sua opinião, este tipo de parcerias deixam sempre muitas dúvidas. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse também querer dizer que, determinadas coisas que se estão a passar agora, já se previa que isso viesse a acontecer. Exemplo disso é a questão dos fundos comunitários, que já era previsível que não continuassem eternamente. -----

Referiu que um novo ciclo vai começar, que a gestão muito provavelmente vai ter que ser diferente. Mais virada, para as questões sociais e educacionais. Para coisas mais “pequenas” mas que também são de grande importância para o Município de Aljezur. Se bem que, as grandes infraestruturas básicas para o Município já foram feitas. No entanto, como é evidente, mais tarde ou mais cedo elas têm que ser renovadas.-----

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou o que é que estava previsto fazer em relação à rotunda de Vales/Vale da Telha?-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que estava previsto fazer uma melhoria que permita melhorar as condições de segurança naquele cruzamento. -----

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou também o que é que a Autarquia pretendia fazer em relação à estrada de acesso à Praia da Arrifana? -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a Câmara tinha que fazer um reforço da energia eléctrica para as estações elevatórias dos esgotos, logo a ideia era aproveitar essa obra e enterrar os cabos de electricidade, dos telefones, fazer uma drenagem de águas pluviais e tentar arranjar, com um carácter mais definitivo, aquela via de acesso que sempre tem sido difícil de conservar.-----

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou ainda quais eram os outros acessos na Praia da Arrifana, que o documento igualmente referia? -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que eram acessos para deficientes, para facilitar a mobilidade em cadeira de rodas, para pessoas idosas, pois aquele que existe não é muito acessível. -----

A Senhora Rosa Cigarra disse que há pouco o Senhor Presidente tinha referido que a Câmara ainda não tinha chegado a um acordo, quanto à transferência de competências das escolas, no entanto, no documento que acompanha o Orçamento vem referido, uma das obras é o aumento de mais sete salas na EBI/JI de Aljezur. A sua dúvida é a seguinte, se a escola ainda pertence ao Ministério da Educação, porque é que esta obra está prevista no Orçamento da Câmara? -----

Relativamente ao Pontal da Carrapateira, disse que também estavam orçamentados os seus melhoramentos, perguntando se essa obra é da responsabilidade da Câmara, ou se seria do PNSACV, e teve que ser a Câmara a suportar essa despesa visto o Parque não ter avançado com a obra?-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que a ampliação da Escola, e uma questão completamente diferente da questão da transferência de competências. Esclareceu que a educação básica é da responsabilidade da Câmara, que as salas que vão ser construídas destinam-se ao Jardim de Infância e Primeiro Ciclo. Naturalmente que irá ser feito um acordo com o Ministério da Educação para

construir as salas, construção essa que naturalmente terá que ter financiamento comunitário.-----

Quanto ao Pontal da Carrapateira referiu que, como é sabido, as obras são feitas pela Câmara, embora a candidatura até tenha sido feita pelo ICNB, que não tinha dinheiro para fazer a obra.-----

O Senhor António Lopes disse que sempre teve a ideia que a Estrada de Marmeleite não era da responsabilidade da Câmara. Pensava que a Câmara iria fazer o projecto, a obra iria ser suportada pela Estradas de Portugal.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, em determinada altura, houve a eventual possibilidade do Estado poder apoiar a recuperação da estrada. Só que, entretanto, e depois do projecto finalmente se encontrar aprovado foi comunicado que o Governo não iria apoiar esta obra. Disse ainda que, apesar da estrada pertencer ao plano rodoviário nacional, ela foi feita pela Câmara e é da sua responsabilidade.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou como é que decorreu desse debate, uma vez que foram feitas algumas iniciativas no âmbito do orçamento participativo? E em que medida é que ele se vê reflectido na proposta de Orçamento?-----

Em relação à descida dos fundos comunitários, disse que isso era previsto, mas de qualquer das formas queria referir que as imposições comunitárias não desceram. São imposições, não necessariamente más da perspectiva ambiental, mas com sérias restrições do ponto de vista económico, sendo exemplo disso, o Plano do PNSACV.-----

Perguntou ainda até que ponto é que o Município de Aljezur está preparado para esta viragem? Se, de alguma forma, as infraestruturas que existem se poderão auto-financiar? Pessoalmente, pensa que algumas se poderão auto-financiar, outras não. Perguntando se, no caso das Piscinas, quando estiverem a funcionar poderão vir a ter uma viabilidade de forma a que os encargos resultantes das infraestruturas que foram criadas, não irão dificultar mais ainda os orçamentos que venham a decorrer?-----

Disse que não sabia se este “desmame” não deve reflectir-se noutras iniciativas que devem vir a existir, estimulando as actividades económicas. Pois os Municípios, até certo ponto, podem ter estado um pouco longe da vida económica do próprio Concelho, na medida em que tem disposto de verbas comunitárias e, mesmo que não haja actividade económica no Concelho, de alguma forma contam com as verbas comunitárias.-----

Referiu que esta viragem obriga a algumas mudanças de mentalidades e atitudes, não é só uma questão de números e orçamento.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que já foram pensadas algumas situações, nomeadamente o facto de ser importante, cada vez mais, controlar as despesas correntes.-----

Relativamente às actividades económicas, disse que toda a gente tem consciência das dificuldades que o Município tem tido para que a Zona Industrial da Feteirinha seja ocupada. Apesar dos lotes estarem quase todos atribuídos, tem havido muita dificuldade para as empresas conseguirem fazer os projectos e iniciarem as construções, pois a situação não é fácil e cada vez mais se tem agravado.-----

Quanto às reuniões que foram feitas, no âmbito do orçamento participativo, referiu que a participação das pessoas é sempre muito generosa e muito humilde, porque na maioria dos casos, as pessoas falam dos pequenos problemas nas suas localidades. Coisas essas que nem sequer têm expressão visível no próprio Orçamento. No entanto também foi sinalizado o assunto das rotundas do Vale da Telha e a questão da estrada de Maria Vinagre.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou até que ponto é que o Pavilhão de Feiras

poderá vir a ser um pólo dinamizador de actividades económicas? Se está prevista alguma coisa para quando este espaço entrar em funcionamento já no próximo ano?-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que a obra já está concluída em termos de empreitada, agora falta fazer alguns arranjos exteriores que não constavam na empreitada. Prevê-se que aquele equipamento esteja em condições funcionais até ao início do Verão.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou se havia alguma previsão para realização de diversas feiras embora isso implique financiamento em alguns casos. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que as actividades previstas eram as que constavam no Plano de Actividades, que não estava previsto fazer muitas actividades novas, pelo menos para já. No entanto, a Câmara pretende desenvolver outras iniciativas naquele espaço, uma vez que a intenção é manter o espaço o mais ocupado possível. Isto também para que, tal como foi dito pelo Senhor Amílcar, de alguma forma aquele equipamento se possa auto-financiar. Os outros equipamentos dificilmente se conseguirão auto-financiar, exemplo disso são as piscinas municipais, o campo de futebol, etc.-----

Informou que, durante o próximo ano, a Câmara vai tentar criar uma linha de apoio a pequenos empresários na área do turismo. Basicamente o que a Câmara pretende é a legalização de alojamentos particulares, visto ter saído nova legislação que facilita mais essa legalização. Sendo que essa é uma das áreas mais rentáveis do Município de Aljezur e que, em termos de economia real, não é visível. -----

O Senhor Vítor Vicente disse que, mais uma vez, queria reforçar a sua ideia de que deverá ser criado algum dinamismo de forma a desenvolver as actividades económicas do Município, porque só assim é que conseguirá arranjar receitas para que depois seja possível desenvolver iniciativas e apoios no âmbito da acção social. -----

Questionou o facto de no orçamento estar mencionada a aquisição de três viaturas e na rubrica constar a importância de cinco mil euros. Também o facto de estar prevista a aquisição de uma viatura de recolha de resíduos sólidos, com a mesma importância.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que essas aquisições serão feitas através de leasing.-----

O Senhor Vítor Vicente referiu que, igualmente, estava prevista a verba de cinco mil euros, para a rede de esgotos e ETAR da Vilarinha, para a aquisição de terrenos, projecto de construção do novo cemitério. Pelo que deduz que estes projectos vão ser adiados, por mais um ano, quando pensa que eles deveriam era ter sido antecipados um ano. -----

Quanto à questão da requalificação dos balneários do campo de futebol de Aljezur, perguntou se já está clarificada a situação daquele equipamento, se o mesmo é municipal e se é propriedade da Câmara?-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que essa situação já estava resolvida. -----

O Senhor José Duarte referiu que, assim sendo, a adaptação da antiga Escola C+S para localizar os Paços do Concelho estava pendente da parceria público/privada. -----

O Senhor Fernando Rosa disse estar satisfeito por em tão pouco tempo ter ouvido mais vezes as palavras economia e empresas, do que durante os sete anos em que está na Assembleia Municipal. Se calhar tem um pouco a ver com as influências dos últimos discursos do Primeiro-Ministro e da oposição. -----

Talvez seja tarde para nos começarmos a preocupar com a economia e o País e, com a economia e as empresas do nosso Concelho. Porque só quem não está dentro dos meandros é que não se apercebe as dificuldades. Portanto, é

interessante chegarmos à Assembleia Municipal e começarmos a debitar sobre economia e agricultura, com muito respeito.-----

Mas a agricultura, todos nós sabemos como é que está. São pessoas idosas, custos de produção altíssimos, que neste momento é talvez a única actividade, que se pode considerar que tem o nosso Concelho. Antigamente, todos nós sabemos que os agricultores com meia dúzia de cabeças de gado, um bocadinho de amendoim e um bocadinho de batata-doce, eram uns agricultores remediados e que tinham um bom nível de vida. Hoje em dia, um agricultor com oitenta ou cem cabeças de gado, é um agricultor falido. Um agricultor com três ou quatro hectares de amendoim, ou batata-doce, idem.-----

Por um lado fica satisfeito por ver e ouvir proferir as palavras economia e empresas, mas o certo é que nós, temos estado um pouco de costas viradas para a realidade, e para as necessidades do dia a dia. Por vezes diz-se que “amanhã logo se faz”, “para a semana logo se decide”, no “próximo mês vamos ver”, mas o certo é que estamos atrasados e, neste momento, não sabe se iremos a tempo de recuperar o tempo perdido. Temos o Vale da Telha e o Espartal parado e que não se sabe quando é que avança, temos um PDM que não se altera porque o Plano do Parque não é aprovado, nem se sabe quando é que este é alterado e, a seguir não se pode alterar o PDM. Há jovens em Odeceixe que querem fazer um armazém de cento e cinquenta, ou duzentos metros quadrados, e o PDM não permite que lá se possa fazer qualquer tipo de construção desta natureza.-----

Quando vamos à Boavista dos Pinheiros, só para dar um exemplo, pois todos nós sabemos o que era a aquela localidade há dez/doze anos, vimos aquilo que é hoje, ou seja, uma coisa completamente diferente. Se formos para Lagos ou Portimão, acontece a mesma coisa.-----

Pergunta a mim mesmo se vale a pena continuar a viver aqui, porque de facto as restrições são de tal ordem e os impedimentos são de tal natureza que chegarmos às Assembleias, ou num futuro próximo à campanha eleitoral e dissermos que vamos fazer ou apoiar isto e aquilo, só para encher papel e para agradar as pessoas, porque depois ao fim e ao cabo, aquilo resume-se a nada.----

Vamos ao Festival da Batata Doce, olhamos para a zona dos fornos e quantos jovens é que lá estão? Dois ou três, o resto é só gente idosa. Em Odeceixe, pede para participarem no Carnaval ou noutra coisa qualquer, quem é que ajuda? Gente idosa. E porquê? Porque os jovens não estão cá, porque não lhes foram criadas as condições para se fixarem. Foram criados obstáculos, restrições e uma série de situações que fazem com que as pessoas desistam e se sintam obrigados a ir embora, e não possam continuar a viver neste Concelho. Porque isto neste momento está bom é para pessoas reformadas, pessoas que aqui possam ir à pesca (porque ainda podem, mas qualquer dia se calhar já não podem ir).-----

Cabe-nos a nós, autarcas eleitos nas Juntas de Freguesia, na Assembleia Municipal e na Câmara “arregaçar as mangas”, olhar lá para fora, vermos o que se passa, porque o que aí vem é muito mau e grave.-----

Concordo com o Senhor Amílcar, quando diz que se tem que fazer a reconversão do betão, mas agora nós vamos reconverter no quê? Vamos fazer com que os empresários da construção civil se tornem agricultores? Pessoalmente, agrada-lhe muito a actividade agrícola, viver no campo, gosto de estar a trabalhar e ver o campo. Agora as contas que faz e aquilo que sabe, neste momento estamos a vender produtos ao preço de há trinta anos atrás.-----

Ainda há pouco tempo, estava a conversar com uma pessoa e disse-lhe: porque é que nós temos aqui uma zona de Parque Natural e não podemos ter aqui acoplado à nossa Escola qualquer pólo educacional, com uma actividade para cursos profissionais relacionados com as questões do ambiente, turismo da natureza, por exemplo? Um pólo da Universidade do Algarve, ou de outra

qualquer Universidade, para desenvolver alguns trabalhos a nível da investigação.-----

A realidade do nosso Concelho é esta: gente nova, pouca e foi toda embora.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que, tendo em conta esta última intervenção, crê que nos cabe, apesar das más políticas, que conduziram de alguma forma o País àquilo em que está. As más políticas a nível nacional, dos vários Governos que se têm sucedido. Mas nós, não podemos enquanto autarcas ser derrotistas, temos que identificar as dificuldades que são muitas e temos que ver de que forma é que talvez, também, o Município pode contribuir para vencer essas dificuldades. -----

Evidentemente que, em relação à agricultura, as dificuldades existem. Disse que as conhece também, por várias razões, apesar de não ser agricultor, mas que também existem alternativas. Defende que a agricultura continua a ser viável em algumas regiões do País e referiu que não é preciso ir muito longe para ver que existem empresas agrícolas economicamente viáveis. -----

O que acontece é que, particularmente o Ministério da Agricultura demitiu-se do apoio aos agricultores. Se calhar é tempo de até mesmo as Câmaras assumirem essa responsabilidade, embora concorde que isso não deva ser assumido pelas Autarquias. Tal como, se calhar, não deveriam ser assumidas responsabilidades no âmbito da educação, da saúde, etc. Mas se não forem as Câmaras a *agarrar* estas situações e a criarem alguma dinâmica, seguramente que a situação se agravará ainda mais. -----

Em relação ao Festival da Batata Doce, disse que era uma boa iniciativa mas que deveria ser acompanhada de um debate, sobre as problemáticas daquela cultura. Como está, apenas serve para vender umas batatas doces e do ponto de vista turístico, mas do ponto de vista da dinamização da agricultura não serve para grande coisa. -----

Disse que as coisas tinham que ser vistas de outra forma, que os problemas tinham que ser identificados e tentar contribuir para a sua resolução, e não apenas sublinhar os problemas que de facto existem. E com este Governo até têm se aprofundado. -----

O Senhor Fernando Rosa referiu que neste momento o Município de Aljezur faz o Festival da Batata Doce, mas que esse evento poderá ter os dias contados. Pois para haver batata, tem que haver agricultores, tem que haver a planta que é a rama e, essa rama tem que ser apanhada, quem a apanha, são pessoas acima dos sessenta e cinco/setenta anos, e quando essas pessoas morrerem vai deixar de haver batata e o Festival acaba. -----

Referiu ainda que a situação que sempre tem criticado é que, deveriam ser fomentados cursos de formação profissional, relacionados com a agricultura. E a seguir, obrigar as pessoas a seguir essas actividades.-----

Disse que a culpa não era da Câmara, mas sim dos cursos profissionais que por aí existem, implementados pelo Governo.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que, em traços gerais, concordava com a intervenção do Senhor Fernando e, que, queria reforçar a necessidade de promover iniciativas que possam trazer mais-valias ao Município de Aljezur. Quanto ao Festival da Batata Doce, disse que muito sinceramente esperava que não acabasse, mas corre um grande risco de acabar, mesmo sem ser por falta da batata doce. A não ser que seja criada uma dinâmica diferente. Dinâmicas de divulgação e de ampliação destas iniciativas. -----

Há uns anos atrás começamos com a Agrizur, S. Teotónio começou depois e continuou e a Agrizur desapareceu. Entretanto apareceu o Festival da Batata Doce que também já teve melhores dias.-----

Referiu ainda que apesar de já ser tarde, ainda vamos a tempo de tentar

encontrar, rapidamente, as dinâmicas necessárias para que possamos implementar a economia do Município de Aljezur e tirar partido das suas potencialidades.-----

Posta à votação, foi o Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e nove, aprovado por maioria, com os votos a favor dos membros Maria de Lurdes Bento, Licínia Rodrigues, António Lopes, Henrique Henriques, Johannes Schydlo, José Carlos Silva, Manuel Cristo, Francisco Ferreira, Emanuel de Jesus, José Marreiros, Sérgio Santos, Fernando Rosa e Eliezer Candeias, contra os membros Vítor Vicente, Rosa Cigarra e Ana Santos, abstiveram-se os membros Amílcar Duarte e José Duarte.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:-----

“Da análise do Orçamento e Plano de Actividades para o ano de dois mil e nove, verifica-se que o Concelho se encontra em regressão, não só provocada pela crise económico-financeira nacional e internacional, mas, também da gestão sem visão estratégica do Executivo nos últimos anos, o que tem levado à falta de investimento público e privado, com a consequente quebra de receitas para o Município.-----

Cabe realçar que, no documento agora apresentado, há um retrocesso no investimento, de um montante de cerca de quarenta por cento, considerando a verba disponível.-----

Ou seja, as obras apresentadas em Plano e Orçamento, só serão exequíveis com recurso ao financiamento e endividamento do Município, uma vez que só se encontra definido, menos de trinta por cento do financiamento das mesmas, ficando a sua realização dependente do recurso ao crédito em mais de setenta por cento do valor.-----

Pelo que se pode concluir que, embora o documento não preveja algumas obras necessárias e prementes para o desenvolvimento do Concelho, mesmo as obras nele previstas, como atrás se demonstrou, numa elevada percentagem não são exequíveis.-----

Pelo exposto, a bancada do PSD – Partido Social Democrata, vota contra a proposta de Plano de Actividades e Orçamento para o ano de dois mil e nove.-----

Os Membros da Bancada do PSD – Partido Social Democrata,-----

Vítor Manuel da Encarnação Vicente, Ana Santos e Rosa Cigarra”-----

INTERVALO: – Foi pela Senhora Presidente da Mesa proposto, e aceite pela Assembleia, um intervalo de dez minutos.-----

REINÍCIO DOS TRABALHOS: – Reiniciados os trabalhos, verificou-se a presença de todos os membros.-----

PONTO NÚMERO DOIS

APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO A ESTABELECEM COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DE ALJEZUR, BORDEIRA, ODECEIXE E ROGIL, NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO: – Pela Mesa foi lida a certidão de deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de dez de Dezembro de dois mil e oito, sobre o assunto em epígrafe, os quais ficam arquivados em pasta própria.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara esclareceu que estes Protocolos decorrem de reunião tida com as respectivas Juntas de Freguesia e, também do próprio Orçamento em termos de transferências de capital, da Câmara para cada uma das Juntas de Freguesia, para as diversas acções que estão elencadas em cada um dos Protocolos. -----

O Senhor Vítor Vicente disse que, tal como vem mencionado nos Protocolos, a Câmara para além de facultar apoio administrativo para as acções que o necessitarem, também deveria dar apoio técnico, porque alguns casos, referem-

se a obras que são empreitadas, que terão de ser adjudicadas, uma vez que as Juntas não possuem quadros técnicos, terá que ser a Autarquia a prestar o apoio técnico necessário, logo o mesmo deveria constar nos Protocolos. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que a questão era pertinente, uma vez que é exactamente isso que acontece, e faz todo o sentido ser referido nos Protocolos. -----

O Senhor Fernando Rosa referiu que constam oitenta mil euros, nas transferências de capital, apesar de existir uma cláusula que salvaguardada que essa verba poderá vir a ser reforçada, desde que, devidamente justificada e aceite pela Câmara. O que queria desde logo esclarecer é que esta verba não chega, nem pouco mais ou menos, para as obras que estão protocoladas. -----

Posta à votação, foi a proposta de protocolo a estabelecer com as Juntas de Freguesia de Aljezur, Bordeira, Odeceixe e Rogil, no âmbito da delegação de competências – Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, aprovada por unanimidade.-----

PONTO NÚMERO TRÊS

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL: – Pela Mesa foi lida a certidão de deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de dez de Dezembro de dois mil e oito, que acompanhava o respectivo documento, os quais ficam arquivados em pasta própria.-----

O Senhor José Gregório, Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos da Câmara Municipal, prestou alguns esclarecimentos acerca do presente assunto, referindo que esta inovação, resulta da entrada em vigor da Lei número doze – A barra dois mil e oito, de vinte e sete de Fevereiro, que introduz alterações significativas no que diz respeito aos regimes de vinculação de carreiras e das remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas. --

O Senhor Vítor Vicente disse querer fazer uma pergunta que considera óbvia, perguntando no entanto se, as dotações que constam do Mapa de Pessoal tinham cobertura no quadro de pessoal da Autarquia? -----

O Senhor José Gregório, Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos da Câmara Municipal respondeu que sim, que o Orçamento vai reflectir aquilo que são as dotações em termos de pessoal trabalhador da Autarquia. -----

O Senhor Vítor Vicente perguntou se as dotações actuais tinham correspondência ao anterior quadro de pessoal?-----

O Senhor José Gregório, Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos da Câmara Municipal disse que sim, que eram precisamente as mesmas.-----

O Senhor Manuel Cristo referiu que, por uma questão de método, a disposição da presente Ordem de Trabalhos não está correcta, uma vez que neste momento está a ser analisado e colocado à votação um assunto que já está reflectido no Orçamento que foi discutido e aprovado anteriormente. Ora não faz sentido que a ordem seja esta, pois se já foram aprovadas as despesas, que lógica é que há em posteriormente estar a ser votado o Mapa de Pessoal.-----

A Senhora Presidente da Assembleia referiu que, por acaso, até teve o cuidado de ponderar se os assuntos poderiam ser aprovados em conjunto, ou separadamente, mas à semelhança do que foi feito na AMAL e, uma vez que é a primeira experiência neste novo modelo, decidiu que os assunto seriam votados separadamente, sendo esse o motivo pelo qual o Mapa de Pessoal consta como último ponto da Ordem de Trabalhos. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara esclareceu ainda que, caso o Executivo o entenda, este Mapa não é estanque, podendo eventualmente vir a ser alterado mas terá sempre que ser sufragado pela Assembleia Municipal. -----

A Senhora Rosa Cigarra perguntou se, eventualmente a Câmara entender que afinal não necessita de tantos funcionários em determinado departamento e

prefere que a verba que está orçamentada para esse fim, deverá ser canalizada para prémios de vencimento, ou até mesmo para aumentar os vencimentos dos funcionários, quem é que decide sobre isso? Se o assunto tem que ir à reunião de Câmara? Se o Mapa tem que ser alterado? Isto porque a Assembleia está a aprovar o Orçamento e o Mapa de Pessoal exactamente como aqui se apresentam. -----

O Senhor José Gregório, Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos da Câmara Municipal esclareceu que, compete ao dirigente máximo do organismo promover as alterações que considere necessárias, depois de devidamente ponderados todos os factores constantes no Diploma que rege este assunto e, que desde que não haja aumento de despesas com pessoal, não é necessário vir à Assembleia Municipal para aprovação, só no caso de haver alteração ou aumento dessas despesas. -----

O Senhor Amílcar Duarte disse que queria manifestar a sua preocupação perante estas alterações de legislação, que penaliza ainda mais os funcionários públicos, assim como os serviços. Disse que a única satisfação que tira deste diploma é o facto de ainda se usar o termo de “trabalhador”, pois ultimamente já se usa um eufemismo que considera muito interessante, que é o de “colaborador”. Referiu ainda que via que estava previsto um grande número de pessoas a contratar? Pois são trinta e oito pessoas que poderão vir a ser contratadas, o que o surpreende perante a actual situação orçamental, não obstante considerar que a Câmara deve ter pessoas suficiente para responder a determinadas situações em que não é possível recorrer a empreitadas. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara esclareceu que esse número só parece significativo, porque efectivamente essas pessoas já pertenciam ao anterior quadro de pessoal da Autarquia, só que estavam contratadas ao abrigo de outra legislação. Agora vão ter que ser sujeitas a provas para poderem ingressar neste novo Mapa. É uma entrada real de pessoas para esta nova realidade, porque efectivamente elas já estão a trabalhar nos serviços há algum tempo. -----

Posta à votação, foi o mapa de pessoal da Câmara Municipal, aprovado por maioria, com a abstenção dos membros Amílcar Duarte e José Duarte. -----

PONTO NÚMERO QUATRO

APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: – Não se verificou qualquer intervenção, neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Do público presente não se verificou qualquer pedido de intervenção. -----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: – Foi deliberado por unanimidade, aprovar a acta em minuta. -----

FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS: – Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente sessão, foi utilizada a forma de votação por braço no ar. -----

ENCERRAMENTO: – E nada mais havendo a tratar, pela Senhora Presidente da Assembleia foi declarada encerrada a sessão pelas zero horas e quarenta minutos do dia dezoito de Dezembro de dois mil e oito, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente acta. -----

E eu, Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo. -----

O Presidente

O Primeiro-Secretário
